

Negócios

diariodonordeste.com.br/negocios

EM FEVEREIRO

Inflação
sobe 0,82%
na Capital

P. 2

FORTALEZA

Projetos
turísticos
terão cortes

P. 5

SÓ NESTE ANO

Altas acumuladas na energia podem chegar a 64% no Ceará

O percentual já absorve a revisão extraordinária e as bandeiras tarifárias, que já estão em vigor para os consumidores

RAONE SARAIVA
Repórter

Caso a proposta preliminar de revisão tarifária da Companhia Energética do Ceará (Coelce) para os próximos quatro anos seja aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com os novos índices passando a valer a partir do próximo dia 22 de abril, o cearense poderá pagar uma conta de luz acumulada até 64,46% mais cara, no caso dos consumidores de alta tensão (industriais). Para os de baixa tensão (residenciais), o aumento seria de até 35,26%, totalizando um reajuste médio de 45,45% no Estado.

De acordo com o consultor de energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Jurandir Picanço, realizador do cálculo, isso aconteceria porque a proposta de revisão tarifária da Coelce seria somada ao reajuste no Sistema de Bandeiras Tarifárias e à Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), que já estão em vigor no País.

“Serão aumentos consideráveis na conta de consumidores que já estão pagando caro pela energia elétrica. Imagine a indústria, que vem enfrentando grandes dificuldades para competir no mercado, tendo um custo 64,46% maior. Ou o setor perde, tendo prejuízos, ou repassa seus custos para o consumidor final”, observa Picanço.

Jurandir Picanço foi um dos participantes da audiência pública realizada ontem, na sede da Fiec, para discutir a proposta de revisão tarifária da Coelce. Promovida pela Aneel, a sessão pública contou com a participação da sociedade civil organizada, além de representantes da Companhia Energética, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) e do Conselho de Consumidores da Coelce (Conerge), por exemplo.

Como divulgado ontem com exclusividade pelo *Diário do Nordeste*, os valores apresentados pela Aneel consistem em uma



Os valores foram apresentados em audiência pública com a participação da sociedade civil e de representantes da Coelce, da Arce e do Conerge. FOTO: GIOVANNI SANTOS

IMPACTO



“Os reajustes beneficiam as concessionárias e penalizam o consumidor, impactando o setor produtivo”

ERILDO PONTES
Presidente da Conerge



“Serão aumentos consideráveis na conta de consumidores que já estão pagando caro pela energia elétrica”

JURANDIR PICANÇO
Consultor de energia da Fiec

CONTA DE LUZ

Peso no bolso (%)

Aumentos	Médio	Baixa tensão Residencial/comercial	Alta tensão Indústria
Sistema de Bandeiras Tarifárias (vermelha)	16,99	15,14	22,25
Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)	10,28	9,05	12,90
Proposta de revisão da Coelce*	14,67	9,70	26,55
Acumulado	43,45	35,26	64,46

*AINDA PODE MUDAR ATÉ 22/04/2015

proposta preliminar de 9,70% para os consumidores residenciais e de 26,55% para os industriais. Com esses percentuais em vigor, o aumento médio apenas da revisão tarifária da Companhia Energética do Ceará seria de 14,67%.

Antes, os valores previstos para a revisão da Coelce eram de 19,5% para os consumidores de baixa tensão e de 44,12% para os de alta tensão. O efeito médio total era de 26,56%.

Decisão

Até o dia 22 de abril, quando a revisão será fechada, os números ainda podem ser modificados, considerando que o governo Federal está negociando com os bancos o aumento do prazo para amortização – de dois para quatro anos – do empréstimo de quase R\$ 18 bilhões concedido

para as distribuidoras de energia no ano passado.

Segundo o diretor da Aneel, André Pepitone, essa negociação será fechada até o fim deste mês. Ele informa que a possibilidade de o valor ser amortizado para quatro ou até seis anos é grande. “Ao todo, 63 concessionárias passarão, neste ano, pelo processo de revisão tarifária, que chega ao quarto ciclo. E a Coelce está sendo a companhia que inaugura esse processo. A partir dessa audiência, com a análise de todos os documentos e propostas, chegaremos ao resultado final”, afirma.

Principais assuntos

A elevação substancial da cota da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – saindo de R\$ 1,7 bilhão em 2014 para R\$ 22,06 bilhões em 2015 – foi um

dos assuntos que estiveram no centro das discussões.

A Aneel determinou que os consumidores paguem, via contas de luz, os R\$ 22,06 bilhões ao fundo durante este ano. O dinheiro vai financiar, entre outras ações, o programa Luz para Todos, o subsídio à tarifa de famílias de baixa renda, combustível para usinas termelétricas do Norte do Brasil e o pagamento de indenizações a empresas.

Outro tema em evidência foi o aumento de 7,5% para 8,09% da taxa de retorno para as distribuidoras de energia, denominada Wacc. O novo percentual deverá ser aplicado durante o quarto ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras.

Sucessivos aumentos

O presidente da Conerge, Erildo Pontes, chamou a atenção para

PROTAGONISTA

Mudança de hábitos após aumento de 18%



O valor da conta de energia de fevereiro surpreendeu o engenheiro Claudio Cavalli, devido ao aumento de 18,5% no valor da fatura, ante igual mês de 2014. Segundo o engenheiro, a média de consumo da família continua a mesma, mas o valor passou de R\$ 270 para R\$320. “Estamos em uma situação de mudanças radicais de hábitos”, diz, ressaltando que como medida de economia serão desligados os chuveiros elétricos e o ar-condicionado.

CLAUDIO CAVALLI
Engenheiro

os sucessivos aumentos na tarifa de energia dos brasileiros, algo que, na opinião dele, “beneficia as concessionárias e penaliza o consumidor, impactando o setor produtivo”. Para Erildo, o problema está diretamente ligado às políticas nacionais para o setor de energia elétrica nos últimos três anos. “Se uma campanha de racionamento tivesse sido realizada e o Sistema de Bandeiras Tarifárias tivesse passado a valer no ano passado, os impactos seriam menores. O que ainda pode amenizar esse peso é a amortização do empréstimo concedido às concessionárias. Isso reduziria o reajuste em aproximadamente 7%”, declara. O diretor de Regulação da Coelce, José Alves, reafirmou que o aumento é necessário devido ao uso das termelétricas, que representa mais gastos para as concessionárias, bem como o aumento das despesas com a CDE. “O reajuste extraordinário para as tarifas da Coelce de 10,3%, aprovado na semana passada, antecipa o que vai acontecer a partir de 22 de abril”, diz.

Apesar do reajuste, ele informa que a possível revisão tarifária média de 14,67% no Ceará representaria para a Coelce uma perda nos recursos da ordem de R\$ 230 milhões nos próximos quatro anos. “Isso diminui a capacidade de investimento da empresa”, acrescenta o gestor, lembrando que a companhia vem registrando, a cada ano, melhoria em eficiência energética, sendo exemplo para outras concessionárias do País.

Arrecadação com regime de bandeiras somou R\$ 445 mi

São Paulo. O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, informou ontem (6) que a arrecadação extra do sistema elétrico com a adoção do sistema de bandeiras tarifárias totalizou R\$ 445 milhões em janeiro.

O regime de bandeiras tarifárias consiste na aplicação de um valor adicional a ser pago pelo consumidor sempre que o custo de geração de energia estiver mais elevado, situação que perdura desde o início de 2014. O ano passado foi um período de testes e a partir de janeiro passado a cobrança passou a ser efetivamente realizada.

“Foram R\$ 445 milhões arrecadados no regime de bandeiras, R\$ 95 milhões através da câmara de compensação para poder pagar aqueles que tiveram arrecadação menor do que produziram com outras matri-

zes”, revelou Braga.

De acordo com o ministro, o sistema de bandeiras tarifárias é o “primeiro grande movimento” do governo federal no intuito de mostrar ao consumidor a necessidade de ele saber administrar a própria conta de energia. Isso ocorre porque o consumo mais intenso de energia pressiona o mercado e obriga o governo a acionar as térmicas cujos custos de operação são mais elevados. E é justamente nesses períodos em que as bandeiras tarifárias serão acionadas.

Sistema

O sistema consiste em três bandeiras, vermelha, amarela e verde. Até fevereiro, a bandeira vermelha implicava um custo adicional de R\$ 3 para cada 100 kWh consumido. A partir deste mês, o número foi elevado para



Segundo o ministro Eduardo Braga, o consumo de energia deve ser reduzido em 5% neste ano. FOTO: AGÊNCIA SENADO

R\$ 5,50 para cada 100 kWh. No caso da bandeira amarela, o reajuste foi de R\$ 1,50 para R\$ 2,50 a cada 100 kWh.

Eduardo Braga explicou que o governo federal tem analisado os indicadores de consumo diariamente e também já considera os ajustes para projetar o comportamento de consumo de energia no País. No ano passado, lembrou o ministro, o Carnaval ocorreu em março, ao contrário deste ano, em que a festividade foi realizada em fevereiro, o que provoca mudanças sazonais importantes no ritmo de consumo.

Campanha

Em um prazo de sete a dez dias, o governo pretende lançar uma campanha de conscientização de consumo de energia. A iniciativa, associada a outras medidas de estímulo ao aumento da geração e da oferta de energia no Sistema Interligado Nacional, deve resultar em uma redução ou equivalência de redução de 5% no consumo de energia no sistema em 2015. Braga destacou ainda que, hoje, as condições projetadas para o ano são mais otimistas do que aquelas do final de janeiro e, por isso, a possibilidade de um racionamento ser anunciado é menor.

Bancos querem juros maiores

São Paulo. Os três maiores bancos privados do Brasil estão interessados em participar de novo empréstimo às distribuidoras de energia, no montante de pelo menos R\$ 3,15 bilhões, desde que os custos do financiamento reflitam riscos e prazos maiores, afirmaram, à agência Reuters, três fontes com conhecimento das negociações.

O governo federal pediu a Itaú Unibanco, Bradesco e Santander Brasil esta semana para permitir que as distribuidoras de energia comecem a pagar os dois empréstimos anteriores, que somam R\$ 17,8 bilhões, apenas no final de 2017, em vez deste ano, disseram duas das fontes. Atualmente, os empréstimos estão previstos para começar a serem pagos e repassados às tarifas dos consumidores nos reajustes deste ano. Mas o gover-

no quer reduzir esse impacto nas tarifas e na inflação, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já ter autorizado neste ano uma revisão extraordinária que terá um efeito médio nacional de 23,4%.

Mas, segundo uma fonte do próprio governo, o aumento da carência não foi bem recebido pelos bancos. O que está na mesa de negociações agora é a ampliação do prazo de pagamento dos empréstimos.

O governo propôs aos bancos aumentar o prazo de dois para seis anos, e está aberto inclusive a negociar a taxa de juros em troca dessa ampliação.

Os bancos devem apresentar na próxima semana uma nova proposta ao governo federal. Representantes das instituições financeiras e do governo não comentaram o assunto.